

DIREITOS HUMANOS

Em guerra retórica, Vannuchi acumula pendências em sua pasta

No cargo há 4 anos, ele não consegue dar desfecho ao processo de identificação de restos mortais do Araguaia

Leonencio Nossa
BRASÍLIA

Centro da polêmica envolvendo o Programa Nacional de Direitos Humanos, o ministro Paulo Vannuchi acumula pendências para resolver em sua área em relação à época do regime militar (1964-1985) e dos dias de hoje. Em permanente guerra de retórica com as Forças Armadas, ele chegou a ameaçar pedir demissão do ministério, contrariado com o bombardeio que o programa recebeu de setores da sociedade civil e até do governo, por propor mudanças tão amplas como a liberação do aborto e a taxaço sobre grandes fortunas. Foi mantido no cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva – mas o deixou irritado com confusão criada, que desgastou o governo.

Ao mesmo tempo, desde que chegou ao governo, há quatro anos, Paulo Vannuchi não consegue dar desfecho ao processo de identificação de dez con-

juntos de fragmentos ósseos retirados do Araguaia, onde o Exército executou guerrilheiros nos anos 1970. Nove deles estão nos armários de sua secretaria e um no IML de São Paulo à espera de reconhecimento para ser entregues às famílias ou devolvidos para os cemitérios da região – embora o ministro seja incisivo na defesa do direito dos familiares de enterrar seus mortos.

Em dezembro passado, o governo até causou constrangimento aos parentes de mortos no Araguaia ao pedir o arquivamento da ação deles na Organização dos Estados Americanos (OEA) que cobra esclarecimentos sobre a guerrilha no Araguaia.

A coleção de restos mortais sob guarda do governo inclui fragmento de um guerrilheiro do Araguaia que, décadas antes, foi vítima do Estado Novo. O esqueleto do marinheiro Francisco Manoel Chaves, colega do escritor Graciliano Ramos nas celas da Ilha Grande,

FRASES

Victoria Grabois
Filha de guerrilheiro
“Em 2006, colheram material das famílias, fizeram um banco de DNA. Se tivesse interesse político já tinha feito exame desses ossos”

José de Jesus Filho
Pastoral Carcerária
“Embora o ministro tenha se esforçado, o governo como um todo não tomou as medidas necessárias”

“A tortura neste país é diária. Estou cansado de cuidar de tanta tortura”

está nas gavetas do IML, de São Paulo. Chaves foi para o Araguaia com cerca de 60 anos, morrendo num confronto com o Exército em 1972.

Esse caso é um dos mais fáceis para resolver, avalia a pro-

fessora da UFRJ Victoria Grabois, filha de Maurício Grabois, comandante das Forças Guerrilheiras do Araguaia, morto no combate do Natal de 1973.

Nos armários de Brasília estão um conjunto de ossos retirados do cemitério de Xambioá em 2001 apontado pelos moradores como de Paulo Mendes Rodrigues, um chefe de destacamento da guerrilha. Há também o esqueleto de um homem sem os ossos das mãos e de uma mulher, com os braços para frente, como tivesse sido amarrada.

Victoria Grabois diz que o governo brasileiro trata a questão dos desaparecidos com “doses homeopáticas”. Faz questão de ressaltar que sua crítica é ao “governo como um todo”, sem personalizar.

“Se ele (governo) tivesse coragem, seguiria em frente”, diz. “Em 2006, colheram material das famílias, fizeram um banco de DNA. Se tivesse interesse político, já tinha feito exame desses ossos.” E avalia: “A secreta-

ria faz muito para outros segmentos, mas em relação aos mortos e desaparecidos tem muito a fazer.”

O ministro também é cobrado por suas posições sobre episódios atuais. Uma análise nos nove principais discursos feitos por Vannuchi em sua gestão, divulgados no site da secretaria, mostra que ele não tem

Confusão com plano que ia de aborto a grandes fortunas desgastou governo

hábito de falar das execuções de civis pelas polícias nem sobre tortura nos presídios e delegacias. Não há referências a 1.308 pessoas mortas pelos policiais militares de São Paulo e do Rio no ano passado.

Nesses discursos, Vannuchi só citou como caso específico da falha do sistema de segurança a prisão da jovem Carolina

Pivetta por grafitar na Bienal de São Paulo.

Irmão José de Jesus Filho, da direção nacional da Pastoral Carcerária, lembra que a secretaria avançou no tema ao criar o Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos e a Coordenação de Combate à Tortura. Ele considera como aspecto negativo a demora na implantação do grupo para controlar e monitorar violações no sistema prisional, previsto no protocolo de combate à tortura, um aditivo da Convenção da ONU sobre a tortura. Na avaliação do ativista, o mecanismo é a chave para resolver o problema. “Embora o ministro tenha se esforçado, o governo como um todo não tomou as medidas necessárias.”

Na noite da última quinta-feira, após mais um dia de visita a presídios paulistas, irmão José disse ao **Estado** que a secretaria não tem a força de outras pastas. “A tortura neste país é diária”, observou. “Estou cansado de cuidar de tanta tortura.” ●



SEM AÇÃO

Promessas não cumpridas

Alguns discursos do ministro Paulo Vannuchi foram mais incisivos que ações concretas realizadas por sua pasta

O QUE VANNUCHI FALOU	O QUE ACONTECEU
Busca aos desaparecidos “Não poderão seguir adiante diferenças sobre o dever do Estado aqui reafirmado de demonstrar o empenho claro, nítido, em busca da localização dos corpos de 140 heróis e heroínas da luta pela democracia, cujos pais e mães ainda hoje não tiveram a chance de prantear seus entes queridos” <small>(EVENTO NO ITAMARATY EM 13 DE MAIO DE 2009)</small>	Há quatro anos, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, comandada por Vannuchi, guarda dez caixas com restos mortais retirados do Araguaia nos armários do órgão sem conseguir identificar o material e entregar os ossos para as famílias ou devolvê-los para os cemitérios da região
Pagamento de indenizações “Quatro anos atrás quando me convocou, seu velho assessor, o senhor (Lula) tomou a iniciativa de argumentar que queria que eu assumisse o cargo porque era sua vontade dar encaminhamento ao tema dos familiares dos mortos e desaparecidos” <small>(SOLENIDADE NO ITAMARATY COM LULA EM 13 DE MAIO DE 2009)</small>	Os processos de indenização dos agricultores pobres do Araguaia não tiveram prioridade desde a criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos, em 2001. O agricultor Eduardo Rodrigues perdeu um filho adotivo, Sabino, de 14 anos, na explosão de uma granada. Outro filho, Lauro, perdeu um braço, no mesmo acidente. A mulher de Eduardo morreu de enfarte. A família até hoje não foi indenizada
Discurso internacional “O Estado brasileiro reconhece que persistem inegáveis violações de direitos, dados os espaços relativamente curtos de vida democrática” <small>(SOLENIDADE NO PRÉDIO DA ONU EM GENEBRA, EM 6 DE MAIO DE 2009)</small>	Em dezembro passado, o governo brasileiro pediu o arquivamento da ação sobre a Guerrilha do Araguaia do grupo Tortura Nunca Mais, do Rio, e da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, de São Paulo, na Organização dos Estados Americanos

INFOGRÁFICO/AE

Família ainda espera corpo e reparação

Falta de documento impede indenização de agricultor que perdeu filho

BRASÍLIA

- Em meio ao conflito entre militares e guerrilheiros no Araguaia nos anos 1970, o agricultor Eduardo Rodrigues dos Santos, de 84 anos, perdeu um filho adotivo, Sabino, de 14 anos, na explosão de uma granada abandonada pelo Exército num sítio na Faveira, em São Domingos do Araguaia. O corpo foi levado pelo Exército. Outro filho, Lauro, à época com 16 anos, perdeu a mão esquerda. A mãe, Maria Brito dos Santos, passou a sofrer de coração e morreu tempos depois. Os militares também tomaram o sítio da família, que era vizinha de um destaca-

mento da guerrilha.

A Comissão de Mortos e Desaparecidos, órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos, ainda não reconhece o caso de Sabino. A alegação é que faltam documentos. O Araguaia é uma região onde ainda deixam de ser feitos registros civis.

Araguaia é região onde ainda deixam de ser feitos registros civis

Eduardo, preso durante três meses, e os filhos Lauro, Sônia e Irani entraram com pedido de indenização na Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, mas estão sem resposta.

“O problema é que até hoje não deram conta do corpo do Sa-

FRASE

Mário Brito
Filho do agricultor Eduar-
do Rodrigues dos Santos
“O problema é que até hoje não deram conta do corpo do Sabino. A Comissão de Mortos e Desaparecidos diz que a gente não tem como provar a morte”

mino”, reclama Mário Brito, outro filho de Eduardo. “A Comissão de Mortos e Desaparecidos diz que a gente não tem como provar a morte.” Ele se queixa que, mesmo sem uma das mãos e os testemunhos sobre a explosão da granada, Lauro não tem prioridade no atendimento.

Um dos ativistas que prepararam no começo dos anos 1980 o relatório *Brasil Nunca Mais*, sobre violações aos direitos humanos na ditadura, o ministro Pau-

lo Vannuchi priorizou, no governo, pedidos de indenização de mortos da esquerda e das cidades. As vítimas pobres do campo, sem vínculos com organizações de resistência armada esperam até hoje pela análise de seus pedidos de reparação.

Na Comissão de Anistia, o quadro começou a mudar com o ministro da Justiça, Tarso Genro, que pediu prioridade para vítimas pobres da ditadura. Cerca de 200 agricultores do Araguaia estão na fila de pedidos de indenização. Outros 44 tiveram o pedido aceito pelo governo no ano passado, mas a Justiça bloqueou o repasse dos pagamentos atendendo a uma ação de advogados do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), ligado a setores das Forças Armadas. ● **L.N.**

Secretaria não divulga resultado de suas ações

BRASÍLIA

Embora tenha apresentado um Programa Nacional de Direitos Humanos abrangente, o ministro Paulo Vannuchi tem marcado sua gestão pela defesa de poucos temas, às vezes tratados de forma genérica. A apresentação do programa teria sido uma forma de agradar de uma vez só todos os setores da rede social.

O tema ditadura, por exemplo, está presente na maioria dos discursos do ministro. Mas se desconhece os resultados das ações na área. No ano passado, o governo divulgou campanha publicitária no valor de R\$ 13,5 milhões para resgatar documentos do período militar. Até hoje a secretaria não informou os resultados da campanha. A assessoria de imprensa diz que a campanha foi de responsabili-

dade da Casa Civil e da Secretaria de Comunicação. Já os assessores de Vannuchi dizem que a Secretaria de Direitos Humanos não é uma secretaria “fim”, mas uma secretaria “meio”.

Quando surgem denúncias graves na área, o ministro Paulo Vannuchi tem posições duvidosas. Em outubro passado, ele pediu numa reunião fechada do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana intervenção no sistema prisional do Espírito Santo, onde presos ficavam em contêineres expostos ao sol e cubículos infestados de ratos.

Participantes do encontro relataram que o ministro foi incisivo nas críticas ao governo capixaba. Ao sair, diante dos holofotes, Vannuchi contemporizou e disse que governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB) era um parceiro. ● **L.N. e F.R.**